



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638592 - SP (2021/0001344-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAMILA PARONETTI SILVA - SP291018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULINO DE OLIVEIRA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULINO DE OLIVEIRA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501131-13.2019.8.26.0537).

O paciente foi condenado como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal à pena de 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 12 dias-multa no valor mínimo legal pela subtração de uma peça de carne avaliada em R\$ 36,10.

Sustenta que deve ser aplicado o princípio da insignificância pelo irrisório valor da coisa furtada (3% do valor do salário-mínimo vigente à época) e o consequente reconhecimento da atipicidade material da conduta.

Requer, liminarmente, a absolvição ou o reconhecimento do furto privilegiado. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a impossibilidade de reconhecimento do princípio da insignificância, diante dos maus antecedentes (fls. 26-28):

[...]

De atipicidade, pela aplicação do princípio da insignificância, não se cogita.

A conduta imputada não pode ser considerada insignificante, porquanto imbuída de perceptível gravidade, ao menos socialmente, tornando a

submissão à sanção criminal indispensável, tanto à aplicação da justiça, quanto à segurança dos valores da sociedade.

O pequeno valor dares, por si só e isoladamente, não significa que o fato seja tão insignificante para permanecer no limbo da criminalidade, visto que no Direito brasileiro o princípio da insignificância ainda não adquiriu foros de cidadania, a ponto de determinar a exclusão do evento da moldura da tipicidade penal.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu que: “não basta o valor ínfimo da 'res furtivae' para a configuração do princípio da insignificância, devendo haver observância de outros fatores, como as condições financeiras da vítima, a lesividade da conduta e a vida pregressa do acusado” (REsp751.156/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 10.10.06). No ensejo, tem-se que vida pregressa do acusado, como se verá adiante, desautoriza mesmo o reconhecimento da insignificância, porquanto maculada pela reiteração delitiva.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente